



A Convenção Constitucional



Um quadro de 1940 pendurado no Capitólio dos EUA retrata George Washington presidindo a assinatura da Constituição em 1787
Cortesia do arquiteto do Capitólio dos EUA

Tendo como pano de fundo partidarismo geográfico e político, soldados não remunerados e uma economia fraca apenas começando a se recuperar de anos de guerra e embargos comerciais, conceber uma nova forma de governo é um desafio considerável.

Essa era a situação enfrentada pelos Estados Unidos em 1787, quatro anos depois de conquistada a independência da Grã-Bretanha.

“Anarquia e confusão”

Os Artigos da Confederação de 1781 deixaram a maior parte do poder, inclusive a competência para taxar e regular o comércio, a 13 estados que funcionavam quase como países independentes, chegando ao ponto de se envolverem em guerras comerciais entre eles.

Quando a Guerra da Independência Americana terminou em 1783, o governo nacional não tinha presidente e consistia em um

Congresso unicameral que coordenava preocupações comuns como a segurança. O sistema se mostrou inadequado porque o Congresso não podia arrecadar impostos nem fazer cumprir leis.

Para financiar o tesouro nacional e forças armadas permanentes, o Congresso dependia de pagamentos incertos feitos pelos 13 estados. Sem recursos para financiar de maneira apropriada a força militar, o legislativo nacional

A Convenção Constitucional

estava sem poder para lidar com situações como invasões de terra pela Grã-Bretanha e pela Espanha, cujos territórios faziam fronteira com os Estados Unidos.

Em 11 de setembro de 1786, uma conferência em Annapolis, Maryland, convocada para discutir o comércio interestadual, pediu em vez disso uma reunião ampliada de delegados estaduais na Filadélfia em 1787 “para elaborar tais disposições conforme seja necessário para adequar a Constituição do governo federal às exigências da União”.

A situação foi agravada em janeiro de 1787 pela Rebelião de Shays, na qual 2 mil veteranos da Guerra da Independência pegaram em armas e apoderaram-se de um arsenal em Massachusetts para protestar contra os altos impostos e a perda de suas propriedades agrícolas por dívidas.

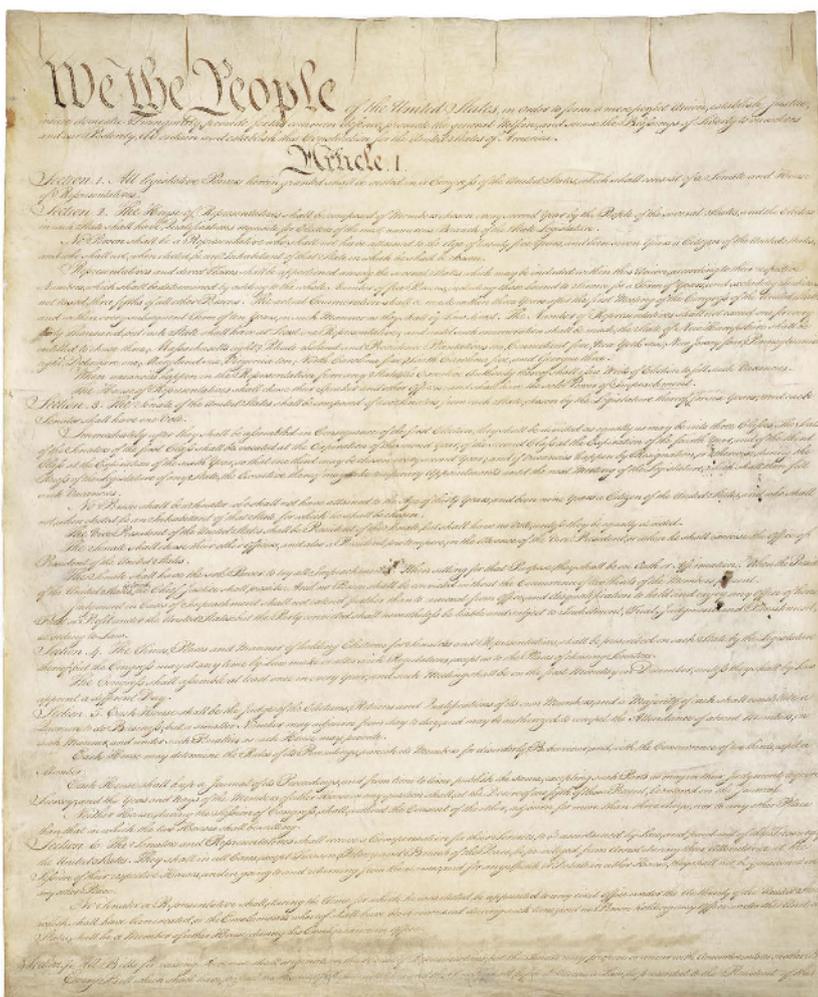
A revolta, que ressaltou a fraqueza do governo central e a ausência de um exército permanente, alarmou muitos líderes americanos, inclusive o ex-comandante revolucionário George Washington, que escreveu: “A menos que um remédio seja logo aplicado, a anarquia e a confusão inevitavelmente seguir-se-ão.”

Reunião na Filadélfia

Em 25 de maio de 1787, os delegados reuniram-se na Filadélfia e nomearam Washington presidente da Convenção Constitucional. A presença de Washington, um querido herói nacional, aumentou a legitimidade da convenção, consideração importante porque os delegados decidiram manter suas discussões em segredo para que pudessem falar francamente à medida que elaboravam um novo documento para substituir os Artigos da Confederação.

Mulheres, negros livres e homens sem propriedade não tiveram permissão para participar da convenção; o estado de Rhode Island optou por não enviar delegados. A maioria dos delegados era formada por advogados, fazendeiros ou comerciantes, com diferentes filosofias e agendas políticas.

Disputas e concessões caracterizaram o processo constitucional, que durou quase quatro meses. Em



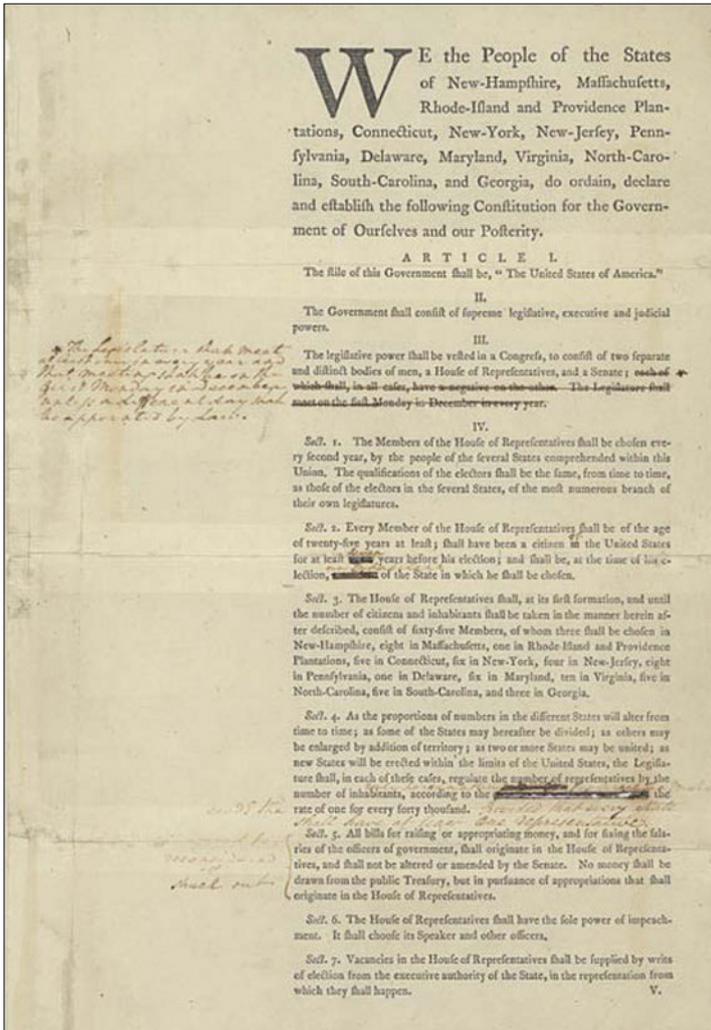
A primeira página da Constituição atribui a “Nós, o povo dos Estados Unidos” como a origem de todo o poder político nacional. Cortesia da Administração Nacional de Arquivos e Registros dos EUA

determinado momento, com o debate em impasse, Washington escreveu: “Quase desespero ao ver uma questão favorável aos procedimentos da Convenção, e portanto realmente me arrependo de ter tido qualquer influência no processo.”

Nas discussões, os grandes estados foram a favor de a representação legislativa basear-se no tamanho da população, enquanto os estados menores defenderam atribuir a cada estado um número igual de delegados.

Em junho de 1787, quando a convenção debatia uma proposta de James Madison, da Virgínia, que pedia um legislativo bicameral (com duas câmaras) com representantes das duas câmaras determinados pela população, os estados menores ameaçaram dissolver não apenas a convenção, mas a própria união.

Um mês depois, Roger Sherman, de Connecticut, ofereceu uma solução conciliatória segundo a qual cada



Cópia de uma versão preliminar de George Washington durante a Convenção Constitucional mostra suas anotações. Cortesia da Administração Nacional de Arquivos e Registros dos EUA

estado teria um voto no Senado, enquanto a população determinaria o número de representantes na Câmara dos Deputados. Muitos consideram que essa proposta salvou a Constituição dos EUA.

O historiador Robert Middlekauff diz no livro *The Glorious Cause* (1982, Oxford University Press) que a convenção “gerou suas próprias forças, principalmente por meio da discussão e da argumentação. Em todas essas deliberações, razão e intelecto deixaram sua marca, da mesma forma que irracionalidade e paixão, acaso e acidente”.

Os delegados também discordavam sobre como escolher os representantes e por quanto tempo eles deveriam servir. O debate opôs aqueles que desconfiavam da capacidade das pessoas comuns de fazer escolhas inteligentes contra aqueles que defendiam princípios mais igualitários.

Como solução conciliatória, a convenção decidiu que a Câmara dos Deputados, maior, com seus representantes determinados pela distribuição da população, incluiria membros eleitos diretamente pela população com mandatos de dois anos. Os membros do Senado, menor, seriam indicados pelos legislativos estaduais e teriam mandatos de seis anos. (Em 1913, muitos anos depois de as preocupações sobre a competência dos eleitores serem descartadas, uma emenda à Constituição permitiu a eleição direta dos senadores.)

Apesar de debates azedos e posições aparentemente irreconciliáveis, Middlekauff escreve que os delegados acabaram sendo “bastante imaginativos para permitir que uma oportunidade fosse aprovada sem examinar mais uma vez as grandes divisões entre eles”.

“Eram homens orgulhosos; alguns podem ter acreditado que poderiam mudar a opinião da oposição. Em qualquer caso, quase todos temiam o fracasso – e eles estavam olhando para o fracasso. Eles não tinham escolha a não ser discutir suas diferenças”, escreveu.

Ratificação

Depois de meses de debate, os delegados aceitaram o documento final por unanimidade e o assinaram em 17 de setembro de 1787, concluindo a primeira etapa da criação de uma nova forma de governo. Como agora o documento exigia a ratificação de três quartos (nove) dos 13 estados, o debate passou da Filadélfia para os legislativos estaduais.

Em uma sociedade que havia acabado de travar uma guerra para conseguir representação justa e altamente desconfiada de qualquer forma de autoridade central, a oposição ao novo documento era natural. Middlekauff escreve: “Confrontados com uma grande mudança nos arranjos de governar, os revolucionários teriam traído a si próprios e suas conquistas recentes se não tivessem questionado a mudança.”

A oposição combateu a ratificação votando em delegados anticonstitucionais para os legislativos estaduais e publicando panfletos que condenavam a falta de proteção às liberdades individuais como expressão, religião e julgamento por júri.

Defendendo a Constituição, homens como Alexander Hamilton, John Jay e James Madison redigiram



A Rotunda para as Cartas de Liberdade, dos Arquivos Nacionais, em Washington, é o lar permanente da Constituição *Cortesia da Administração Nacional de Arquivos e Registros dos EUA*

contra-argumentos, hoje conhecidos como Documentos Federalistas, procurando explicar como o novo sistema funcionaria e assegurando aos americanos que suas liberdades seriam protegidas pelo novo sistema federal.

Em 7 de dezembro de 1787, Delaware tornou-se o primeiro estado a ratificar a Constituição, mas protestos contra o documento surgiram em Carlisle, na Pensilvânia, apenas alguns dias depois e, em março de 1788, Rhode Island rejeitou a ratificação.

Por fim, apesar dos debates acalorados durante todo o ano de 1788 por patriotas americanos dos dois lados da questão, os defensores da Constituição prevaleceram na maioria dos legislativos estaduais

e a nova forma de governo entrou em vigor em 4 março de 1789.

Um documento dinâmico

A Constituição dos EUA, desde sua criação, tem sido um documento dinâmico, alterado para servir às necessidades de mudança do país ao mesmo tempo que preserva seus princípios fundamentais. Começando com a Declaração de Direitos de 1789, que contém as primeiras dez emendas, a Constituição dos EUA foi alterada 27 vezes, com emendas variando da proibição da escravidão à concessão do direito ao voto a homens e mulheres a partir de 18 anos.

Middlekauff escreve que o debate constitucional durante o verão americano de 1787 “solucionou o

problema do poder” nos Estados Unidos pós-revolução. Embora o governo nacional tenha sido fortalecido, os estados, inclusive os menores, acreditaram que teriam participação no exercício do poder.

Além disso, a convenção e a Constituição resultante “confinaram o poder”, o que foi visto como uma ameaça à virtude e à liberdade. “Seu objetivo foi impedir uma tirania majoritária, mas não negou que a soberania residia no povo”, diz Middlekauff.

No fim, ele diz, a nova Constituição criou um governo “que parecia capaz de restringir alguns dos piores impulsos do homem, em especial seu instinto de dominar os outros”.